

DESENVOLVIMENTO: INCLUDENTE, SUSTENTÁVEL E SUSTENTADO

DEVELOPMENT: INCLUDING, SUSTAINABLE AND SUSTAINABLE

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 151 pp.

Guilherme Mungo Brasil¹

A obra “Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado” assume o compromisso de revisitar o conceito de desenvolvimento humano no cenário da globalização do século XXI, adotando, para tanto, uma concepção baseada em três aspectos: social (includente), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado). No espaço entre a queda do neoliberalismo com os contornos do Consenso de Washington e o fim do socialismo real, o livro expõe, essencialmente, que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento humano, embora aquele seja necessário para que este seja alcançado. A proposta é salomônica: não está no extremo do capital, tampouco no do social e ambiental.

O livro surge da junção de quatro ensaios que Ignacy Sachs apresentou a órgãos da Organização das Nações Unidas — ONU e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID entre os anos de 2002 e 2004, cada um perfazendo um capítulo. É clara a evolução da tese nesse íterim, expondo, no primeiro capítulo, suas premissas teóricas; no segundo e no terceiro, soluções para os países menos desenvolvidos (chamados de PMDs); e, no quarto e último, propostas para o Brasil. O autor, economista conhecido por ter cunhado, nos anos 70 do século XX, a expressão “ecodesenvolvimento”, dedica seus estudos aos países menos

¹ Acadêmico do mestrado em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Especialista em Direito Processual, cursando especialização em Direitos Difusos e Processo Coletivo. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Contato: glhrnbrsl@gmail.com.

desenvolvidos, notadamente da América Latina, buscando caminhos que levem ao crescimento econômico pela via da justiça social.

O incentivo para elaboração da presente resenha surgiu de uma pujante discussão na disciplina de Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Sustentabilidade no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em abril de 2018, em que se trabalhou a questão do desenvolvimento à luz da necessária sustentabilidade e do respeito aos direitos fundamentais.

O *primeiro capítulo* (Desenvolvimento e ética — para onde ir na América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização) constitui ensaio apresentado em encontro do BID sobre ética e desenvolvimento. Nele, a partir do exemplo da crise argentina deflagrada nos anos 2000, é demonstrado como o “crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (p. 13). O desenvolvimento é encarado, ademais, como efetivação “das três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais [...]; e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento” (p. 14).

Fixadas essas noções iniciais, são descritos cinco pilares para a concretização do modelo de desenvolvimento proposto: a) social, com o foco de diminuir desigualdades; b) ambiental, “com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como ‘recipientes’ para a disposição de resíduos)” (p. 15); c) territorial, baseado na “distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades” (p. 16); d) econômico, “sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam” (p. 16); e) político, fundado na democracia como “valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença” (p. 16).

No *segundo capítulo* (Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos), preparado em 2002 para órgão da Organização Internacional do Trabalho - OIT, e no terceiro (Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluyente em países menos desenvolvidos) apresentado em 2004 na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD, é desenvolvido o conceito de desenvolvimento incluyente e são apresentadas formas para sua efetivação nos PMDs.

Analisando o contexto socioeconômico atual, o autor aponta que os países periféricos se encontram em situação de “desdesenvolvimento”, que decorre das alterações estruturais da economia mundial do século XXI, notadamente das formas assimétricas e desiguais de globalização. É que, independentemente de suas especificidades geográficas, culturais, sociais e demográficas, os PMDs são limitados “por uma armadilha de pobreza estrutural, em virtude do acentuado sub-desenvolvimento de suas forças produtivas, agravado por um ambiente internacional desfavorável” (p. 69).

Apesar dessas desvantagens, constata-se que esses países têm “um potencial latente para construir estratégias de desenvolvimento nacionais, incluyentes, sustentáveis e sustentadas, capazes de quebrar o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza” (p. 69). Propõe-se, pois, o desenvolvimento endógeno como “a melhor, se não for a única, oportunidade para o desenvolvimento” (p. 70). A partir dessa conclusão, o autor desenvolve, sob o prisma econômico, soluções pontuais para a efetivação do desenvolvimento “a partir de dentro”, como o aumento da poupança doméstica e da capacidade de importação. Mas não se limita a elas.

Internamente, o desenvolvimento incluyente deve ser pautado em políticas públicas que permitam que todos os cidadãos tenham, em igualdade de condições, acesso a programas “de assistência para deficientes, para mães e filhos, para idosos, voltados para a compensação das desigualdades naturais ou físicas” (p. 80), bem assim que o conjunto da população também tenha “iguais oportunidades de acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia” (p. 81).

O *quarto capítulo* (Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas) foi originalmente preparado para o Escritório no Brasil da OIT e se debruça sobre a situação do país na condição de PMD. Identifica-se, com efeito, que a economia do país “é constituída de um arquipélago de empresas modernas e eficientes [...] imerso num oceano de atividades de baixíssima produtividade” (p. 122), de modo que a riqueza se concentra “no arquipélago, e uma parcela importante da população busca a sobrevivência nadando no oceano da informalidade” (p. 112). Além disso, um dos grandes desafios para o país é a geração de empregos para “acomodar os novos contingentes que entram na força de trabalho [...] e saldar a imensa dívida social acumulada sob a forma de desemprego e subemprego” (p. 112).

Nesse contexto, o autor aponta que, conquanto não imunes a críticas, as medidas implementadas no início do governo Lula, especialmente em relação à “redução por dois terços da taxa de risco, revalorização dos papéis brasileiros, balança comercial altamente positiva, superávit fiscal superior a 5% do PIB e valorização das bolsas, mereceram rasgados elogios por parte de altos responsáveis do Banco Mundial”. Aventou-se, inclusive, um chamado “Consenso de Brasília”, compatibilizando “o desenvolvimento econômico com o progresso social” (p. 113).

Alerta o autor, ainda, para um cuidado a ser tomado no caminho ao desenvolvimento proposto: enquanto persistirem as acentuadas diferenças sociais e os níveis de exclusão no Brasil, “as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis, além da urgência em se promover o acesso universal aos serviços sociais de base — educação, saúde, saneamento, moradia” (p. 116). Não se pode esquecer, não obstante, que “o emprego e o auto-emprego decentes constituem a melhor maneira de atender às necessidades sociais” (p. 117).

A obra é otimista quanto ao cenário brasileiro, apontando potencialidades a serem exploradas a fim de justamente garantir um crescimento puxado pelo emprego e, por consequência, avançar rumo ao desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado (p. 129).

Assim, “Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado”, por meio de uma visão crítica do atual panorama das relações econômicas globais e com uma abordagem transdisciplinar, notabiliza uma visão abrangente e contemporânea de desenvolvimento humano. A noção de globalização proposta dialoga com o processo hegemônico e explorador global descrito, entre muitos outros, por Boaventura de Souza Santos e Zigmunt Bauman, bem assim a ideia de desenvolvimento humano, o ponto focal do trabalho, flerta com o “desenvolvimento como liberdade” do Nobel de Economia Amartya Sen. A obra propõe, ao fim e ao cabo, uma visão holística do conceito de desenvolvimento humano. As facetas econômica, ambiental e social não são isoladas ou supervalorizadas; antes, são dimensões que dependem reciprocamente uma da outra para que se atinja o fim último não só do Direito, mas de todas as ciências: o desenvolvimento integral da personalidade humana.